UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO BRASILEIRA

GRADUAÇÃO EM LETRAS PORTUGUÊS

DAYANE GOMES DE BRITO

AUTISMO NA SALA DE AULA: APOIO AO PROFESSOR E DIFICULDADES NO PROCESSO DE INCLUSÃO

QUIXERAMOBIM - CEARÁ

2026.1

DAYANE GOMES DE BRITO

AUTISMO NA SALA DE AULA: APOIO AO PROFESSOR E DIFICULDADES NO PROCESSO DE INCLUSÃO

Projeto de Pesquisa apresentado à disciplina Trabalho de Conclusão de Curso II, como requisito parcial para obtenção da aprovação na disciplina.

QUIXERAMOBIM - CEARÁ

2026.1

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar as dificuldades enfrentadas pelos professores no processo de inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no ensino regular, bem como compreender a importância do apoio institucional e da formação continuada. A pesquisa foi realizada por meio de abordagem mista, combinando dados quantitativos e qualitativos, com aplicação de questionários e entrevistas a professores do ensino fundamental. Os resultados indicam que a falta de suporte pedagógico, a ausência de mediadores e a insuficiência de formação específica impactam diretamente o trabalho docente e o desenvolvimento dos alunos com TEA. Conclui-se que a efetivação da inclusão escolar não depende apenas de investimentos em formação continuada, mas também de políticas públicas eficientes e de suporte institucional adequado.

Palavras-chave: autismo; inclusão escolar; formação de professores; educação especial.

ABSTRACT

This study aims to analyze the difficulties faced by teachers in the inclusion process of students with Autism Spectrum Disorder (ASD) in mainstream education, as well as to understand the importance of institutional support and continuing education. The research was conducted using a mixed-methods approach, combining quantitative and qualitative data, with the application of questionnaires and interviews to elementary school teachers. The results indicate that the lack of pedagogical support, the absence of mediators, and insufficient specific training directly impact teaching work and the development of students with ASD. It concludes that the effective implementation of school inclusion depends not only on investments in continuing education, but also on efficient public policies and adequate institutional support.

Keywords: autism; school inclusion; teacher training; special education.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 6

2 REFERENCIAL TEÓRICO 8

2.1 INCLUSÃO ESCOLAR E EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL 8

2.2 TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA: CARACTERÍSTICAS E IMPLICAÇÕES EDUCACIONAIS 9

2.3 FORMAÇÃO DOCENTE E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INCLUSIVAS 9

2.4 APOIO INSTITUCIONAL E DESAFIOS NA INCLUSÃO ESCOLAR 10

2.5 A ESCOLA INCLUSIVA COMO ESPAÇO DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL ... 11

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS 12

4 DESENVOLVIMENTO 14

4.1 RELATO DE EXPERIÊNCIA 14

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO 16

5.1 O DESAFIO DA FORMAÇÃO DOCENTE 16

Gráfico 01 - Formação de Professores em TEA. 19

Gráfico 02 - Apoio Institucional: Presença de Mediador Escolar. 20

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS 21

REFERÊNCIAS 23

1 INTRODUÇÃO

A inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no ensino regular tem se consolidado como um dos principais avanços das políticas educacionais brasileiras nas últimas décadas. Fundamentada em legislações como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) e a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015), a educação inclusiva busca garantir não apenas o acesso à escola, mas também a permanência e o desenvolvimento pleno de todos os estudantes, respeitando suas diferenças e necessidades específicas.

> A inclusão escolar implica uma mudança profunda na organização da escola, exigindo a superação de práticas excludentes e a construção de um ambiente que valorize a diversidade como elemento essencial do processo educativo. (Mantoan, 2015, p. 45).

No entanto, apesar dos avanços no campo legal, a efetivação da inclusão escolar ainda enfrenta inúmeros desafios no cotidiano das instituições de ensino. Entre esses desafios, destacam-se a insuficiência de formação inicial e continuada dos professores, a ausência de apoio institucional adequado, a escassez de recursos pedagógicos adaptados e a falta de profissionais especializados, como mediadores e equipes multidisciplinares. Essas dificuldades impactam diretamente o trabalho docente e podem comprometer a qualidade do processo de ensino e aprendizagem dos alunos com TEA.

O Transtorno do Espectro Autista caracteriza-se por alterações no desenvolvimento da comunicação social, além de padrões comportamentais repetitivos e interesses restritos, que se manifestam de maneira variada em cada indivíduo. Por essa razão, o ambiente escolar precisa estar preparado para oferecer estratégias pedagógicas diversificadas, flexíveis e individualizadas, capazes de atender às diferentes necessidades desses estudantes. Nesse contexto, o professor assume um papel central como mediador do processo de aprendizagem, sendo necessário que possua conhecimentos específicos e suporte adequado para desenvolver práticas inclusivas eficazes.

Apesar dos avanços legais e das políticas públicas voltadas à educação inclusiva, muitos professores ainda relatam dificuldades para promover a inclusão efetiva de estudantes com Transtorno do Espectro Autista no ensino regular. Diante desse

contexto, surge o seguinte problema de pesquisa: **quais são as principais dificuldades enfrentadas pelos professores no processo de inclusão de alunos com TEA e de que forma o apoio institucional e a formação continuada influenciam esse processo?**

Diante dessa realidade, torna-se fundamental investigar as condições concretas em que ocorre a inclusão escolar, especialmente no que se refere à atuação dos professores e ao apoio oferecido pelas instituições de ensino. Assim, este trabalho tem como objetivo geral analisar as principais dificuldades enfrentadas pelos docentes no processo de inclusão de alunos com TEA no ensino regular, bem como compreender de que forma o suporte institucional e a formação continuada podem contribuir para a superação desses desafios, contudo o trabalho trás os seguintes objetivos específicos: Identificar as principais dificuldades enfrentadas pelos professores na inclusão de alunos com TEA; Verificar a existência de apoio institucional nas escolas pesquisadas; Analisar a influência da formação docente na prática pedagógica inclusiva; Compreender os desafios observados durante a rotina escolar dos estudantes com TEA; Refletir sobre estratégias que possam contribuir para uma inclusão escolar mais efetiva.

Além disso, busca-se refletir sobre a importância da construção de uma escola verdadeiramente inclusiva, que vá além do cumprimento das exigências legais e se comprometa com a promoção de uma educação de qualidade para todos. Dessa forma, este estudo pretende contribuir para o debate acadêmico e para o aprimoramento das práticas pedagógicas, reforçando a necessidade de investimentos em políticas públicas, formação docente e suporte institucional como elementos essenciais para a efetivação da inclusão escolar.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 INCLUSÃO ESCOLAR E EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL

A inclusão escolar constitui um dos principais avanços no campo das políticas educacionais brasileiras, sendo fundamentada no princípio de que todos os estudantes têm direito à educação em igualdade de condições, respeitando suas diferenças e necessidades específicas. Esse paradigma rompe com modelos tradicionais de ensino e propõe uma escola que acolha a diversidade como elemento constitutivo do processo educativo.

De acordo com Maria Teresa Eglér Mantoan (2015), a inclusão não se limita ao acesso do aluno à escola, mas implica a transformação do sistema educacional para garantir a participação efetiva e a aprendizagem de todos. Nesse sentido, a escola inclusiva deve adaptar-se ao aluno, e não o contrário, promovendo mudanças estruturais, pedagógicas e culturais.

> A inclusão escolar implica uma mudança profunda na organização da escola, exigindo a superação de práticas excludentes e a construção de um ambiente que valorize a diversidade como elemento essencial do processo educativo. Não se trata apenas de inserir o aluno com deficiência na escola regular, mas de garantir sua participação efetiva e aprendizagem significativa. (Mantoan, 2015, p. 45).

A legislação brasileira reforça esse entendimento. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) estabelece que a Educação Especial deve ocorrer, preferencialmente, na rede regular de ensino, garantindo serviços de apoio especializado. Complementando essa perspectiva, a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) assegura o direito à educação inclusiva em todos os níveis, sem discriminação.

Segundo Rosana Glat e Márcia Denise Pletsch (2011), a construção de sistemas educacionais inclusivos exige não apenas mudanças legais, mas também a reorganização das práticas pedagógicas e a formação adequada dos profissionais da educação. As autoras destacam que a inclusão é um processo contínuo, que demanda compromisso institucional e investimento em políticas públicas.

Além disso, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) estabelece diretrizes para a implementação de práticas inclusivas, como o Atendimento Educacional Especializado (AEE), a formação

continuada de professores e a disponibilização de recursos pedagógicos acessíveis. Essa política reforça a necessidade de uma escola capaz de atender às especificidades de cada estudante.

2.2 TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA: CARACTERÍSTICAS E IMPLICAÇÕES EDUCACIONAIS

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é definido como uma condição do neuro desenvolvimento caracterizada por dificuldades na comunicação social e pela presença de comportamentos repetitivos e interesses restritos, variando em intensidade e forma de manifestação.

De acordo com o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-5), o TEA engloba diferentes níveis de suporte, o que implica necessidades educacionais diversas. Conforme destaca Temple Grandin (2015), cada pessoa com autismo possui um perfil único de habilidades e desafios, o que exige abordagens pedagógicas individualizadas.

Segundo Lev Vygotsky (1991), o processo de aprendizagem ocorre por meio da interação social e da mediação, o que evidencia a importância do ambiente escolar no desenvolvimento de alunos com TEA. Nesse contexto, a escola deve oferecer condições que favoreçam a participação ativa do estudante, respeitando seu ritmo e suas particularidades.

Já Jean Piaget (1976) ressalta que o desenvolvimento cognitivo ocorre em estágios, sendo influenciado pelas experiências do indivíduo com o meio. Para alunos com TEA, essas experiências precisam ser mediadas de forma intencional, utilizando estratégias que facilitem a compreensão e a interação social entre eles.

De acordo com Fumegalli (2012), as principais dificuldades enfrentadas por alunos com TEA no ambiente escolar estão relacionadas à comunicação, à interação social e à adaptação às rotinas. Por isso, torna-se fundamental a utilização de recursos visuais, organização estruturada do ambiente e previsibilidade nas atividades.

2.3 FORMAÇÃO DOCENTE E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INCLUSIVAS

A formação de professores é um dos fatores mais relevantes para a efetivação da inclusão escolar. No entanto, diversos estudos apontam que a formação inicial ainda apresenta lacunas no que se refere à educação inclusiva e ao atendimento de alunos com necessidades específicas.

> O professor precisa desenvolver competências que vão além do domínio do conteúdo, sendo capaz de lidar com a diversidade em sala de aula, adaptar suas práticas pedagógicas e promover a aprendizagem de todos os alunos, independentemente de suas diferenças. (Perrenoud, 2000, p. 15).

Segundo Paulo Freire (1996), ensinar exige respeito à autonomia do educando e compromisso com a transformação social. Nesse sentido, a prática docente deve ser pautada na reflexão crítica e na busca constante por novos conhecimentos, especialmente no contexto da inclusão.

De acordo com Ferreira e Souza (2021), a ausência de formação específica para lidar com o TEA gera insegurança nos professores, dificultando a implementação de práticas pedagógicas inclusivas. Os autores destacam a importância da formação continuada como ferramenta essencial para o desenvolvimento profissional.

As estratégias pedagógicas inclusivas incluem o uso de recursos visuais, atividades estruturadas, instruções claras e objetivas, reforço positivo e flexibilização curricular. Essas práticas contribuem para a aprendizagem e a participação dos alunos com TEA, promovendo maior autonomia e desenvolvimento.

2.4 APOIO INSTITUCIONAL E DESAFIOS NA INCLUSÃO ESCOLAR

O apoio institucional desempenha um papel fundamental na efetivação da inclusão escolar. A presença de equipes multidisciplinares, mediadores escolares, recursos pedagógicos adaptados e formação continuada são elementos essenciais para garantir um ambiente inclusivo.

Segundo Glat e Pletsch (2011), a ausência de suporte institucional compromete o trabalho docente e dificulta a implementação de práticas inclusivas. Os professores, muitas vezes, sentem-se sobrecarregados e despreparados para lidar com as demandas dos alunos com TEA.

De acordo com Mantoan (2015), a inclusão escolar exige uma mudança de paradigma, na qual a responsabilidade pela aprendizagem é compartilhada entre toda

a comunidade escolar. Isso inclui gestores, professores, famílias e profissionais de apoio.

Outro desafio relevante refere-se ao número elevado de alunos por turma, o que dificulta o atendimento individualizado. Além disso, a falta de mediadores escolares é frequentemente apontada como um dos principais obstáculos para a inclusão efetiva.

Nesse contexto, torna-se evidente a necessidade de investimentos em políticas públicas que garantam condições adequadas para a inclusão, incluindo formação docente, infraestrutura e suporte especializado. A construção de uma escola inclusiva depende, portanto, de um esforço coletivo e contínuo.

2.5 A ESCOLA INCLUSIVA COMO ESPAÇO DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

A escola inclusiva não é apenas um espaço de aprendizagem, mas também um ambiente de transformação social, no qual se promovem valores como respeito à diversidade, equidade e cidadania.

Freire (1996) destaca que a educação deve ser um ato de libertação, capaz de transformar a realidade social. Nesse sentido, a inclusão escolar contribui para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Segundo Mantoan (2015), a inclusão não beneficia apenas os alunos com deficiência, mas toda a comunidade escolar, ao promover a convivência com a diversidade e o desenvolvimento de valores humanos fundamentais.

Dessa forma, a construção de uma escola inclusiva requer compromisso ético, investimento em formação e a implementação de práticas pedagógicas que valorizem as diferenças como potencialidades, e não como limitações.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A presente pesquisa caracteriza-se como um estudo de abordagem quali-quantitativa, uma vez que busca compreender tanto os aspectos subjetivos quanto os dados mensuráveis relacionados ao processo de inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no ensino regular. Quanto aos procedimentos, trata-se de uma pesquisa de campo com caráter descritivo e exploratório, permitindo analisar a realidade vivenciada por professores no contexto escolar.

O estudo foi realizado em uma instituição de ensino da rede pública municipal localizada no município de Quixeramobim, no estado do Ceará. A escolha do local justifica-se pela presença de alunos com diagnóstico de TEA matriculados no ensino fundamental, possibilitando a observação direta do processo de inclusão em sala de aula. A pesquisa seguiu as normas da Resolução nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde, onde a norma regula pesquisas envolvendo seres humanos, garantindo a dignidade, autonomia e proteção dos participantes.

A amostra da pesquisa foi composta por dois grupos: o primeiro formado por alunos com diagnóstico confirmado de Transtorno do Espectro Autista, regularmente matriculados no ensino fundamental, e o segundo constituído por professores regentes e auxiliares de mediação que atuam diretamente com esses alunos. Como critérios de inclusão, considerou-se a participação de docentes com, no mínimo, um ano de experiência na rede de ensino e alunos com laudo médico comprovando o diagnóstico.

Para a coleta de dados, foram utilizados diferentes instrumentos como questionários fechados com 6 professores, além do estudo identificar e observar as necessidades de 5 alunos com TEA, devidamente matriculados na rede de ensino, com o objetivo de garantir maior abrangência às informações obtidas. Além disso, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com os docentes, permitindo a obtenção de relatos mais detalhados sobre suas experiências, percepções e desafios enfrentados no cotidiano escolar. Esse tipo de entrevista possibilita maior liberdade de resposta, contribuindo para uma compreensão mais aprofundada da realidade investigada. Outro instrumento utilizado foi o diário de campo, no qual foram registradas observações realizadas em sala de aula, com foco no comportamento dos alunos com TEA, nas estratégias pedagógicas adotadas pelos professores e nas

situações de dificuldade enfrentadas durante o processo de ensino-aprendizagem. Essas observações permitiram identificar, na prática, aspectos que muitas vezes não são evidenciados apenas por meio de questionários ou entrevistas.

No que se refere à análise dos dados, as informações quantitativas foram organizadas em tabelas e gráficos, sendo submetidas à análise estatística descritiva, com o objetivo de identificar padrões e frequências nas respostas dos participantes. Já os dados qualitativos, provenientes das entrevistas e do diário de campo, foram analisados por meio da técnica de análise de conteúdo, permitindo a categorização das informações em temas recorrentes, como dificuldades pedagógicas, ausência de suporte institucional e desafios relacionados ao comportamento dos alunos com TEA.

Por fim, destaca-se que a pesquisa respeitou os princípios éticos, garantindo o anonimato dos participantes e a utilização dos dados exclusivamente para fins acadêmicos. Todos os envolvidos foram informados sobre os objetivos do estudo e participaram de forma voluntária, mediante consentimento livre e esclarecido.

4 DESENVOLVIMENTO

4.1 RELATO DE EXPERIÊNCIA

O presente relato de experiência tem como base a observação e análise do cotidiano escolar envolvendo a inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) em salas de aula do ensino regular. A vivência ocorreu em uma escola da rede pública municipal, onde foi possível acompanhar de forma direta as práticas pedagógicas adotadas pelos professores, bem como os desafios enfrentados no processo de inclusão.

Inicialmente, observou-se que a presença de alunos com TEA nas turmas regulares representa um avanço significativo no cumprimento das políticas públicas de inclusão. No entanto, na prática, essa inclusão ainda apresenta limitações que comprometem a qualidade do ensino e a efetiva participação desses estudantes. Entre os principais aspectos identificados, destaca-se a falta de preparo dos professores para lidar com as especificidades do autismo, evidenciando lacunas na formação inicial e a necessidade de formação continuada.

Durante o período de observação, foi possível perceber que os professores demonstram esforço em adaptar suas práticas pedagógicas, porém enfrentam dificuldades relacionadas à ausência de recursos didáticos adequados e ao número elevado de alunos em sala. Em diversas situações, o docente precisa dividir sua atenção entre toda a turma, o que dificulta o atendimento individualizado necessário para o aluno com TEA.

Um dos pontos mais críticos identificados refere-se à ausência de mediadores escolares. Em muitos momentos, o aluno com TEA necessita de apoio direto para compreender instruções, organizar atividades e regular seu comportamento. Sem esse suporte, o professor se vê sobrecarregado, o que impacta tanto o processo de aprendizagem do aluno com TEA quanto o andamento da aula como um todo.

Essa realidade pode ser compreendida à luz do que afirma Maria Teresa Eglér Mantoan (2015), ao destacar que a inclusão não se efetiva apenas com a presença do aluno na escola, sendo necessário garantir condições adequadas para sua participação e aprendizagem.

Além disso, foram observadas situações de sobrecarga sensorial, especialmente em ambientes com excesso de estímulos, como barulho e agitação. Em um dos episódios registrados, o aluno apresentou sinais de inquietação motora e, posteriormente, uma crise emocional, necessitando ser retirado da sala de aula. Esse tipo de situação evidencia a importância de estratégias pedagógicas estruturadas e do suporte especializado para evitar prejuízos no processo educativo.

De acordo com Lev Vygotsky (1991), o desenvolvimento do indivíduo ocorre por meio da interação social e da mediação, o que reforça a necessidade de um ambiente escolar organizado e de intervenções pedagógicas adequadas para favorecer a aprendizagem do aluno com TEA.

Outro aspecto relevante diz respeito à formação docente. Em relatos coletados durante a pesquisa, professores afirmaram sentir-se despreparados para lidar com situações específicas do autismo, como crises comportamentais, dificuldades de comunicação e necessidade de adaptação curricular. Essa percepção está alinhada com estudos que apontam que a formação inicial não contempla de forma suficiente a educação inclusiva.

Nesse sentido, conforme afirma Paulo Freire (1996), o educador deve estar em constante processo de aprendizagem, buscando aprimorar sua prática para atender às necessidades dos alunos. Isso reforça a importância da formação continuada como elemento essencial para a inclusão. Apesar das dificuldades, também foram identificadas práticas positivas, como o uso de recursos visuais, organização de rotinas e tentativa de adaptação das atividades. Essas estratégias demonstram que, mesmo diante das limitações, os professores buscam alternativas para promover a aprendizagem e a participação dos alunos com TEA.

No entanto, fica evidente que tais iniciativas individuais não são suficientes para garantir uma inclusão efetiva. É necessário que haja um suporte institucional mais consistente, incluindo a presença de profissionais especializados, oferta de materiais pedagógicos adaptados e políticas públicas que assegurem melhores condições de trabalho aos docentes. Dessa forma, o relato de experiência evidencia que a inclusão escolar de alunos com TEA ainda enfrenta desafios significativos, sendo marcada por avanços legais, mas por limitações práticas no cotidiano escolar. A superação desses desafios depende de um esforço coletivo, envolvendo professores, gestores, e famílias. com o objetivo de construir uma escola verdadeiramente inclusiva.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados apresentados a seguir foram construídos a partir da análise dos questionários aplicados aos seis professores participantes, das entrevistas semiestruturadas realizadas com os docentes e das observações registradas no diário de campo durante o acompanhamento de cinco alunos com TEA. A organização dos dados seguiu as categorias definidas na análise de conteúdo: formação docente, apoio institucional e desafios pedagógicos.

5.1 O DESAFIO DA FORMAÇÃO DOCENTE

A análise dos dados coletados evidencia que o processo de inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no ensino regular ainda enfrenta desafios significativos, especialmente no que se refere ao preparo docente e ao suporte institucional. A partir dos questionários, entrevistas e observações realizadas, foi possível identificar padrões recorrentes que apontam para uma inclusão ainda fragilizada na prática escolar.

No que diz respeito aos dados quantitativos, observa-se que a maioria dos professores avaliou negativamente a infraestrutura escolar e o suporte pedagógico oferecido pelas instituições. Itens relacionados à disponibilidade de materiais adaptados, acesso ao Atendimento Educacional Especializado (AEE) e presença de mediadores obtiveram baixos índices de concordância, indicando deficiência nesses aspectos. Esses resultados demonstram que, embora a inclusão esteja prevista legalmente, sua efetivação ainda encontra barreiras estruturais.

Em relação à formação docente, os dados revelam que grande parte dos professores não se sente preparada para atuar com alunos com TEA. Esse sentimento de despreparo foi evidenciado tanto nas respostas do questionário quanto nos relatos das entrevistas, nos quais os docentes destacaram a insuficiência da formação inicial e a ausência de capacitações continuadas. Esse cenário confirma o que aponta Philippe Perrenoud (2000), ao afirmar que o desenvolvimento de competências docentes voltadas à diversidade é fundamental para a prática pedagógica contemporânea.

Durante as entrevistas, os professores relataram sentimentos de insegurança diante das demandas relacionadas ao TEA. Um dos participantes afirmou:

"Muitas vezes eu não sei qual a melhor estratégia para trabalhar com o aluno autista porque não tive formação específica para isso." (Professor A).

Outro docente destacou:

"A gente tenta adaptar as atividades, mas sente falta de orientação e acompanhamento profissional." (Professor B).

Esses relatos reforçam os dados quantitativos obtidos na pesquisa e evidenciam a necessidade de formação continuada para o desenvolvimento de práticas pedagógicas inclusivas.

A análise qualitativa das entrevistas permitiu compreender de forma mais aprofundada as dificuldades enfrentadas pelos professores no cotidiano escolar. Entre os principais desafios relatados, destacam-se a sobrecarga de trabalho, o elevado número de alunos por turma e a ausência de apoio especializado. Os professores relataram dificuldades em adaptar atividades, lidar com crises comportamentais e promover a participação efetiva dos alunos com TEA.

Além disso, as observações em sala de aula evidenciaram situações em que a ausência de mediadores comprometeu o processo de ensino-aprendizagem. Em episódios de sobrecarga sensorial, por exemplo, o aluno com TEA apresentou dificuldades de regulação emocional, resultando em interrupções das atividades e prejuízos tanto para o próprio aluno quanto para a dinâmica da turma. Esses achados reforçam a importância do suporte individualizado no contexto da educação inclusiva.

Nesse sentido, conforme destaca Lev Vygotsky (1991), a aprendizagem ocorre por meio da mediação e da interação social, o que evidencia a necessidade de intervenções pedagógicas planejadas e de apoio especializado para o desenvolvimento dos alunos com TEA.

Outro aspecto relevante refere-se à discrepância entre o que é previsto nas políticas públicas e o que é efetivamente realizado no cotidiano escolar. Embora a legislação brasileira garanta o direito à educação inclusiva, os dados indicam que

muitas dessas diretrizes não são plenamente implementadas, resultando em uma inclusão que ocorre mais no plano teórico do que na prática.

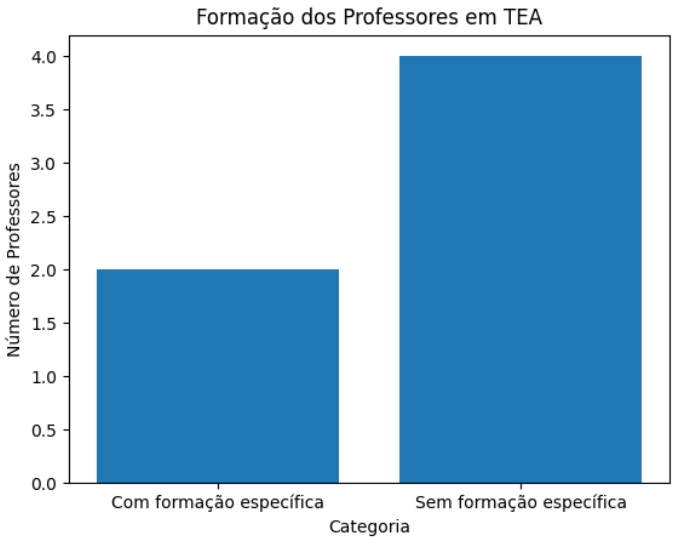
De acordo com Maria Teresa Eglér Mantoan (2015), a inclusão escolar exige uma transformação profunda no sistema educacional, incluindo mudanças nas práticas pedagógicas, na formação docente e na organização institucional. No entanto, os resultados desta pesquisa indicam que essas mudanças ainda não foram plenamente consolidadas.

Por outro lado, também foram identificadas iniciativas positivas por parte dos professores, como a utilização de estratégias pedagógicas adaptadas, organização de rotinas e uso de recursos visuais. Essas práticas demonstram o comprometimento dos docentes com o processo de inclusão, mesmo diante das limitações existentes.

Entretanto, tais ações individuais não são suficientes para garantir uma inclusão efetiva. É necessário que haja um suporte institucional consistente, incluindo formação continuada, presença de profissionais especializados e oferta de recursos pedagógicos adequados. A ausência desses elementos compromete não apenas o desenvolvimento dos alunos com TEA, mas também a qualidade do ensino como um todo.

Dessa forma, a análise dos dados confirma a hipótese inicial desta pesquisa, evidenciando que a falta de formação específica e de apoio institucional impacta negativamente o processo de inclusão escolar. A superação desses desafios exige investimentos em políticas públicas, valorização da formação docente e fortalecimento das condições de trabalho nas escolas.

Gráfico 01 - Formação de Professores em TEA.

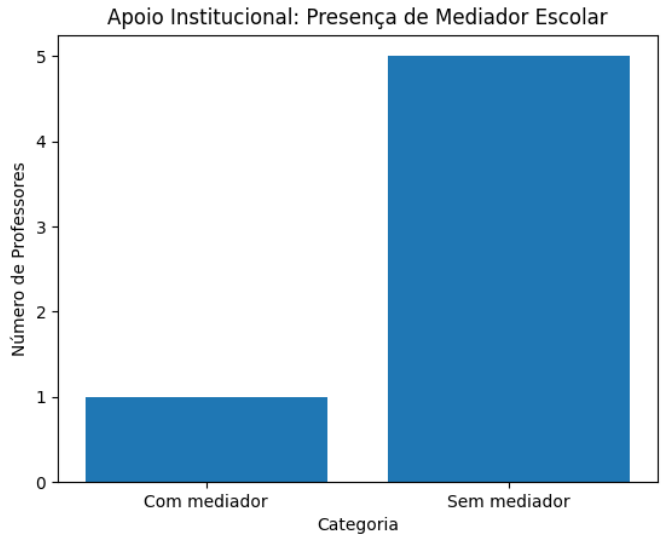


Fonte: Brito (2026)

Conforme apresentado no Gráfico 1, dos 6 professores participantes da pesquisa, 4 afirmaram não possuir formação específica para atuar com alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA), enquanto apenas 2 relataram ter algum tipo de capacitação na área. Em termos percentuais, isso corresponde a aproximadamente 67% sem formação específica e 33% com formação. Esses dados evidenciam uma lacuna significativa na formação docente, o que impacta diretamente a efetivação de práticas pedagógicas inclusivas.

Além de indicar uma carência formativa, os dados sugerem que a inclusão escolar ainda vem sendo implementada sem que os profissionais recebam preparação adequada para lidar com as especificidades do TEA. Esse cenário pode gerar insegurança docente e dificultar a adaptação curricular necessária para promover uma aprendizagem significativa.

Gráfico 02 - Apoio Institucional: Presença de Mediador Escolar.



Fonte: Brito (2026)

Conforme apresentado no Gráfico 2, observa-se que a maioria dos professores atua em contextos escolares sem a presença de mediador, sendo que 5 dos 6 participantes relataram não contar com esse suporte, enquanto apenas 1 afirmou dispor desse recurso. Em termos percentuais, isso representa aproximadamente 83% sem apoio de mediador e apenas 17% com esse suporte. Esses dados reforçam a fragilidade do apoio institucional, evidenciando a necessidade de investimento em profissionais especializados para garantir a efetivação da inclusão escolar.

A ausência de mediadores escolares repercute diretamente na qualidade do atendimento oferecido aos estudantes com TEA. Quando o professor assume sozinho todas as demandas pedagógicas e comportamentais da turma, torna-se mais difícil garantir atenção individualizada, especialmente em salas com elevado número de alunos.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho evidenciou que, embora a inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no ensino regular represente um avanço significativo no campo das políticas educacionais brasileiras, sua efetivação ainda se encontra distante do ideal proposto pelas legislações vigentes. A análise dos dados revelou uma realidade marcada por contradições: ao mesmo tempo em que se garante o acesso desses estudantes à escola, persistem limitações estruturais, pedagógicas e institucionais que comprometem sua permanência e aprendizagem.

Os resultados obtidos confirmam a hipótese inicial deste estudo, demonstrando que a insuficiência de formação específica dos professores, aliada à fragilidade do suporte institucional, constitui um dos principais entraves para a consolidação de práticas inclusivas efetivas. Nesse contexto, o professor, frequentemente sobrecarregado e desassistido, assume sozinho a responsabilidade de mediar um processo que, por sua natureza, exige atuação coletiva e interdisciplinar.

Além disso, verificou-se que a ausência de recursos pedagógicos adequados, a falta de mediadores escolares e o elevado número de alunos por turma dificultam a implementação de estratégias individualizadas, essenciais para atender às necessidades dos estudantes com TEA. Tal cenário evidencia que a inclusão, em muitos casos, permanece restrita ao plano legal e discursivo, não se materializando de forma consistente no cotidiano escolar.

À luz das contribuições de Maria Teresa Eglér Mantoan (2015), compreende-se que a inclusão não pode ser concebida como um processo pontual ou meramente administrativo, mas como uma transformação profunda da cultura escolar, que exige mudanças nas práticas pedagógicas, na formação docente e na organização das instituições. Nesse sentido, torna-se evidente que a simples presença do aluno com TEA na sala de aula não garante, por si só, sua aprendizagem e participação efetiva.

Ademais, conforme propõe Paulo Freire (1996), a educação deve ser entendida como um ato político e emancipador, comprometido com a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Assim, a inclusão escolar ultrapassa o cumprimento de normas legais, configurando-se como um compromisso ético e social que exige responsabilidade coletiva e ação concreta.

Diante disso, torna-se imprescindível o fortalecimento de políticas públicas voltadas à educação inclusiva, com ênfase na formação continuada de professores, na ampliação do Atendimento Educacional Especializado (AEE), na garantia de mediadores escolares e na disponibilização de recursos pedagógicos acessíveis. Além disso, é fundamental promover uma cultura institucional colaborativa, na qual professores, gestores, famílias e profissionais especializados atuem de forma integrada.

Por fim, reafirma-se que a construção de uma escola verdadeiramente inclusiva não depende apenas de leis, mas de práticas efetivas, investimento contínuo e compromisso coletivo. A inclusão de alunos com TEA deve ser compreendida como um processo em constante construção, que exige sensibilidade, conhecimento e, sobretudo, vontade política para transformar a realidade educacional. Dessa forma, espera-se que este trabalho contribua para a reflexão crítica sobre a inclusão escolar e sirva como subsídio para o desenvolvimento de ações mais eficazes, capazes de garantir não apenas o acesso, mas o direito real à aprendizagem, à participação e ao desenvolvimento pleno de todos os estudantes.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Presidência da República, 2015.

FERREIRA, J. C. et al. Tecnologias assistivas no ensino de crianças com autismo: um olhar para a inclusão digital**. Revista Brasileira de Educação Inclusiva**, v. 10, n. 1, p. 87-102, 2023.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FUMEGALLI, Rita de Cássia. **Autismo**: perspectivas educacionais. Porto Alegre: Mediação, 2012.

GLAT, Rosana; PLETSCH, Márcia Denise. **Educação inclusiva**: cultura e cotidiano escolar. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2011.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar**: o que é? por quê? como fazer? São Paulo: Moderna, 2015.

PERRENOUD, Philippe. **Dez novas competências para ensinar.** Porto Alegre: Artmed, 2000.

PIAGET, Jean. **A formação do símbolo na criança.** Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

VYGOTSKY, Lev S. **A formação social da mente.** São Paulo: Martins Fontes, 1991.